



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL

CONSELHO BRASIL - OCDE

ATA DE REUNIÃO
2ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR

01.11.2019

No primeiro dia do mês de novembro do ano de 2019, às 16 horas, em sua Sede no Palácio do Planalto - 4º andar - sala 98 - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, realizou-se a 2ª Reunião do Comitê Gestor Brasil – OCDE, sob a Coordenação da Casa Civil da Presidência da República, liderada pelo Subchefe da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais, Marcelo Barros Gomes, acompanhado pelos servidores: Assessora Especial, Danielle Ayres Delduque; Assessor Especial, Pedro Vilela; Auditor Federal de Finanças e Controle, Ernesto Costa; Secretário de Articulação Social da Secretaria de Governo da Presidência da República, Iury Ribeiro; Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República, Eduardo Aggio; Assessora da Secretaria Executiva da Casa Civil da Presidência da República, Laís Porto, e com a presença do Ministro André Odenbreit; do Ministro José Eduardo Bernardo; e do Secretário João Marcelo Cornetet, do Ministério das Relações Exteriores; da Secretária Especial Adjunta, Yana Dumaresq; da Diretora Kelvia Albuquerque; do Subsecretário Marco Rocha; do Assessor Rodrigo Godinho; da Coordenadora-Geral, Fernanda Menezes, do Ministério da Economia; e do Diretor da ENAP, Paulo Marques.

A pauta da reunião constou dos seguintes itens e principais discussões e deliberações:

1. Encaminhamentos sobre a aprovação dos seguintes documentos: Estratégia de Governo; Política de Comunicação; Atas da Reunião do Comitê Gestor Brasil – OCDE do dia 4 de outubro de 2019 e da Reunião de Instalação do Conselho Brasil – OCDE, do dia 8 de outubro de 2019; e Participação nas Instâncias da OCDE.

• *Estratégia de Governo*: os membros do Comitê consideraram que o documento estava adequado. O Subchefe Marcelo Barros solicitou prazo de até o dia 6 de novembro para a validação final dos documentos: a) Estratégia de Governo; b) Ata da Reunião do Comitê Gestor Brasil – OCDE, do dia 4 de outubro de 2019; c) Ata da Reunião de Instalação do Conselho Brasil – OCDE, do dia 8 de outubro de 2019; e d) Documento sobre Participação nas Instâncias da OCDE.

• *Política de Comunicação*: os membros recomendaram que o tom sobre o processo de acesso fosse amenizado, já que não se sabe ao certo quando o Brasil receberá o convite formal da OCDE para a acesso. A sugestão é a de que ao invés de “entrada na OCDE”, fosse enfatizada a ideia de “convergência aos padrões da OCDE”, que não está refletida na Política de Comunicação. Adicionalmente, recordou-se o entendimento alcançado na reunião do Conselho Brasil-OCDE sobre a necessidade de ajustar algumas referências da minuta de Política de Comunicação, por

razões de sensibilidade política. Ficou pendente o encaminhamento pela SAG/CC/PR dos ajustes na Política de Comunicação, a serem realizadas pela ASCOM/PR. Após os ajustes, os membros do Comitê deveriam novamente avaliar a Política de Comunicação, tecendo suas considerações. Representante do MRE recordou terem sido enviadas pelo Itamaraty observações sobre a primeira minuta.

- O Assessor Especial da Secretaria Geral da Presidência da República, Eduardo Aggio, alertou que deveria haver apenas um documento oficial tanto da Estratégia de Governo, quanto da Política de Comunicação, ambos de natureza pública. Os membros concordaram.

- *Encaminhamentos:* deveria ser retirada a referência à data de maio de 2020, como início ao processo de acessão, em todos os documentos oficiais. O destaque deve ser a “convergência às práticas da OCDE”, em todos os documentos.

2. Atualização geral do Itamaraty sobre as discussões, a respeito do processo de acessão do Brasil à OCDE e à participação do Brasil nos Comitês da OCDE:

- O MRE ofereceu relato detalhado sobre o tema em apreço. Confirmou-se que, por ocasião da reunião do Conselho da OCDE, realizada em 21 e 22/10, o Secretário-Geral da Organização voltou a levantar o tema das candidaturas à acessão. Na ocasião, não surgiu consenso entre os países-membros sobre um caminho de avanço. Não está claro se o tema voltará a ser pautado este ano, tendo presente as divergências entre os países-membros. Também foram comentados pontos de destaque e desafios relacionados à participação brasileira em diferentes comitês. Foi ressaltada a importância de um plano de trabalho com os órgãos setoriais para fortalecer a estratégia brasileira nos comitês (vide item 4 adiante). Mencionou-se, como na primeira reunião do Comitê Gestor, o recente pedido da Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON - de mudança de status de participação do Brasil no Comitê de Políticas para Defesa do Consumidor da OCDE.

- Os membros do Comitê Gestor discutiram diferentes desafios políticos associados ao início do processo de acessão. No tocante a novas adesões, entende-se que os processos devem partir do interesse de diferentes órgãos, de acordo com a maturidade de sua relação com a OCDE e sua capacidade financeira. Mesmo assim, é necessário identificar os temas prioritários.

- A Casa Civil sugeriu reunir informações sobre quem são os países e as pessoas que são mais influentes em cada comitê (formadores de opinião), como parte da aproximação brasileira.

3. Estratégia de endereçamento dos temas prioritários para o Brasil, em relação à acessão à OCDE e convergência aos padrões da Organização.

Houve discussão sobre como seriam tratados os temas prioritários para o Brasil, tanto para o processo de acessão, quanto para a convergência aos padrões da OCDE. O Subchefe Marcelo Gomes citou temas importantes como os tributários, particularmente os preços de transferência, e também temas ambientais. Adicionalmente, indicou a importância do monitoramento de indicadores nacionais chave (*Key National Indicators - KNIs*) e de avaliações da OCDE, como o PISA.

A ENAP destacou que a primeira oficina de temas da OCDE seria sobre licitações e contratos e poderia ser realizada até meados de dezembro.

4. Procedimentos para a adesão a novos instrumentos e mudança de status nas instâncias da OCDE.

O representante do MRE recordou a importância de se definir procedimento para avaliar pedidos de órgãos brasileiros de adesão a novos instrumentos da OCDE, bem como de mudança de “status” nas instâncias da Organização. Propôs que fosse mantido o procedimento costumeiro, adaptado à nova função coordenadora da Secretaria-Executiva do Conselho Brasil-OCDE. Assim, os pedidos seriam encaminhados à SAG/CC, que faria as consultas necessárias às partes interessadas e, na sequência, submeteria uma proposta de decisão à avaliação do Comitê Gestor em reunião presencial, ou, em casos de urgência, por consulta eletrônica. As decisões tomadas seriam transmitidas pelo MRE ao Delegado do Brasil junto às Organizações Internacionais Econômicas sediadas em Paris, para comunicação ao Secretariado da OCDE. Não foi expressa discordância frente ao procedimento sugerido.

5. Plano de Trabalho junto aos órgãos setoriais.

A SAG encaminhará para a análise dos membros do Comitê Gestor proposta de plano de trabalho junto aos órgãos setoriais para a convergência aos padrões da OCDE, endereçamento de desafios e preparação para o processo de acesso.

- O MRE indicou seu interesse em participar do processo de interlocução com os órgãos setoriais sobre sua participação nos trabalhos da OCDE.

Outros Assuntos

- Foi pontuada a importância da criação de câmaras de relacionamento com o Parlamento e Poder Judiciário sobre os temas relativos à OCDE.
- Também foi destacada a relevância da coordenação prévia do Comitê Gestor para tratativas junto a missões técnicas importantes como a missão de alto nível do Grupo de Trabalho sobre Suborno da OCDE, em novembro corrente, sobre questionamentos das mudanças na legislação promovidas recentemente pela Lei de Abuso da Autoridade.

Brasília, 5 de dezembro de 2019.


MARCELO BARROS GOMES
Casa Civil

Subchefe de Análise e Acompanhamento de
Políticas Governamentais



ANDRÉ ODENBREIT

Ministério de Relações Exteriores
Ministro – Diretor do Departamento de
Organismos Econômicos Multilaterais



YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES

Ministério da Economia
Secretária Especial Adjunta de Comércio
Exterior e Assuntos Internacionais



EDUARDO AGGIO DE SA

Secretaria-Geral da Presidência da
República
Assessor Especial



IURY REVOREDO RIBEIRO

Secretaria de Governo da Presidência da
República
Secretário Especial de Articulação
Social